

Empresários alertam para desemprego

Telefoto de Sérgio Moraes

BRASÍLIA — Empresários do setor siderúrgico realizaram ontem uma verdadeira maratona contra a jornada de seis horas de trabalho em turnos de revezamento, aprovada no Capítulo dos Direitos Sociais do projeto de Constituição. A agenda dos empresários incluiu um almoço com parlamentares e jornalistas, visitas a todas as lideranças partidárias e uma reunião com o presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, todos os encontros ilustrados pelo folheto produzido pelo Instituto Nacional de Siderurgia, "As seis horas que abalarão o Brasil".

Segundo o presidente do INS, André Mussetti, a manutenção deste dispositivo no novo texto constitucional acarretará grandes prejuízos não só para os níveis de produção como para os trabalhadores que terão reduzido o mercado de trabalho.

— O objetivo da Constituinte, por certo, foi o de criar benefícios para os trabalhadores, mas a iniciativa vai trazer consequências exatamente opostas. O aumento de emprego sem o correspondente aumento de produção acarreta aumento de custos. E custos altos significam perda de competitividade, redução das vendas e outros desdobramentos imprevisíveis — explicou o presidente do INS.

No trabalho de convencimento dos constituintes para as inconveniências dos dispositivos, os empresários alinhavam alguns pontos básicos. Um deles é a situação de privilégio dos trabalhadores em turnos de revezamento com a aprovação da jornada semanal de 44 horas. Se mantidas as seis horas para o trabalho em esquema de revezamento, a implantação das escalas resultará em uma jornada semanal de trabalho de 33,36 horas. Essa será a menor jornada de trabalho do mundo e 25 por cento que a dos demais trabalhadores, criando uma nova categoria de empregados em setores já favorecidos como eletricitários, petroleiros, metalúrgicos, químicos etc.

— A nova situação trará conflitos trabalhistas, já que teremos, num mesmo momento, dois ou mais empregados em funções iguais, tratados de forma diferenciadas, disse Mussetti.

Mussetti fez uma exposição do setor afirmando que a Siderurgia oferece empregos diretos a 160 mil trabalhadores e indiretamente a mais de 950 mil.



Na cerimônia dos 50 anos da CNI, Ermírio conversa com Maciel, Passarinho (de costas) e Delfim Neto (à direita)

Albano convoca contra o estatismo

BRASÍLIA — Com críticas ao "tom detalhista da nova Carta", o Senador Albano Franco (PMDB-SE) convocou ontem parlamentares e industriais para derrubarem no segundo turno da votação da Constituinte decisões que, na sua opinião, representam excessivo intervencionismo do Estado nos assuntos da empresa privada, hostilidade contra o capital estrangeiro e pretensão de substituir as leis da economia pela retórica.

O apelo do Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) foi feito ontem, durante as comemorações do Dia da Indústria, na entidade. Dirigindo-se aos Senadores Jarbas Passarinho (PDS-PA) e Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e ao Deputado Delfim Neto (PDS-SP), aos Ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e da Indústria e Comércio, José Hugo Castelo Branco, lamentou a aprovação de tantas decisões "irrealistas" para o desenvolvimento do País. Mas fez a ressalva de que, com o esforço de alguns parlamentares "mais esclarecidos", os equívocos não foram maiores.

Em São Paulo, as lideranças empresariais do País estarão reunidas no dia 2 de junho, na Unidade Empresarial, para definir os pontos que deverão ser defendidos no segundo turno da votação da Constituinte. Há consenso de que são fundamentais as questões de princípio: definição de empresa estrangeira, direito de greve e o turno de seis horas. Os empresários acham que durante o primeiro turno houve dispersão de esforços, erro que não pretendem voltar a cometer.

Os empresários estão seguros de que pontos polêmicos, como a limitação das taxas de juros e a licença-paternidade, cairão naturalmente, sem que seja necessário brigar por isso. Os demais itens polêmicos são negociáveis ou ficarão para emendas futuras via Congresso Nacional.

O Presidente da Fiesp, Mário Amato, resumiu a preocupação do empresário com o direito de greve:

— Tal como está, logo teremos greves em solidariedade à Nicarágua e coisas desse tipo.

Frente defende atual lei sindical

Empresários e trabalhadores da indústria e do comércio decidiram, ontem, durante almoço na Confederação Nacional do Comércio (CNC), formar uma frente única pela manutenção, na nova Carta, da atual estrutura sindical.

Segundo os participantes do encontro, o modelo vigente atende aos interesses de empregadores e empregados. Por isso, defendem a obrigatoriedade da contribuição sindical e a unicidade (um único sindicato na mesma base).

Para o Presidente da CNC, Antônio Oliveira Santos, sem a contribuição sindical obrigatória "os sindicatos passariam a ser sustentados por facções ideológicas".

Ermírio prevê grandes mudanças

BRASÍLIA — O empresário Antônio Ermírio de Moraes, Presidente do Grupo Votorantim, afirmou que se a Constituinte mantiver a garantia de emprego contra demissão imotivada, "a estabilidade será uma atração para os incompetentes". Mas ele está otimista de que esta questão, como a do tabelamento dos juros, será excluída do texto constitucional na votação do segundo turno.

— Eu acredito no bom senso dos homens do Congresso. Fixar juros numa Constituinte é fazer com que a nova Carta não venha a valer por muito tempo — observou.

O empresário paulista, que foi a atração da solenidade de comemoração dos 50 anos da Confederação Nacional da Indústria (CNI), não vacilou em afirmar que as decisões da Constituinte são pouco atraentes para o capital estrangeiro. Argumentou também que a exploração do

subsolo por empresas nacionais, se for mantida no texto final, facilitará a corrupção, com empresas multinacionais mantendo testas-de-ferro para atuar no País.

Antônio Ermírio aposta em outros artifícios para burlar decisões da Constituinte. Mantido o tabelamento dos juros em 12 por cento reais, acima da inflação, ao ano, está seguro de que as instituições financeiras encontrarão artifícios para compensar a medida.

Depois de ser um defensor do mandato de quatro anos para o Presidente José Sarney, o empresário paulista mudou de posição e tornou-se favorável aos cinco anos. Ele explica a nova posição como uma forma de terminar tranquilamente os trabalhos da Constituinte e permitir a aplicação de uma política econômica para combater a crise.

Amador trabalha contra juros tabelados

BRASÍLIA — Sempre ao lado de dois assessores, um discreto cidadão está percorrendo desde segunda-feira os gabinetes da Constituinte: trata-se do maior banqueiro privado do País, Amador Aguiar — acionista majoritário do Bradesco —, que vem tentando convencer as Lideranças a derrubarem, no segundo turno, o tabelamento dos juros bancários em 12 por cento ao ano — proposta do Deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP). Nas disposições transitórias, ele defende a supressão da anistia àqueles que se endividaram durante o Plano Cruzado — de autoria do Senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e do Deputado Humberto Souto (PFL-MG).

— Querem quebrar o sistema bancário — afirmou Amador a um grupo de parlamentares com quem se reuniu no gabinete do Líder do PFL na Câmara, Deputado José Lourenço.

Ontem, Amador percorreu também os gabinetes do Senador Mário Covas, Líder do PMDB na Constituinte, do Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), e do Líder do PDS, Amaral Neto. No gabinete de Fernando Henrique, encontrou os

Senadores José Fogaça (RN) e José Richa (PR). A conversa durou cerca de meia hora. Dali, ele foi para o gabinete de Amaral Neto, onde permaneceu por meia hora.

O banqueiro negou que estivesse tentando convencer os parlamentares a derrubar a emenda dos juros bancários. Seus assessores e alguns parlamentares, no entanto, confirmaram que ele tenta explicar as desvantagens da medida, reforçando o que já vem sendo feito pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban).

O dispositivo da anistia da dívida vem provocando muita polêmica na Constituinte pelos graves prejuízos que acarretará aos cofres públicos e aos estabelecimentos bancários. Por sua vez, associações de micro empresários estão se articulando para garantir a manutenção da medida.

Segundo o Deputado Luís Eduardo (PFL-BA), um dos participantes da reunião do banqueiro com a Liderança do PFL, a medida vai contribuir para desmoralizar a Constituinte. Ele acredita, no entanto, que medidas como estas serão suprimidas no segundo turno.